



13013389



08016.009943/2017-97

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****SEGUNDO TERMO ADITIVO**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, REPRESENTADO PELO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E A EMPRESA NETWORLD PROVEDOR E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA EPP

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - DEPEN**, com sede no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 03, Bloco "B", Edifício Victória, Brasília/DF, CEP 70713-020, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0008-02, representado pelo Diretor da Penitenciária Federal em Brasília/DF, Sr. **JOSÉ RENATO GOMES VAZ**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 024.635.229-92, Carteira de Identidade nº 38793199, expedida pela SESP/SC, nomeado pela Portaria nº 743, de 13 de março de 2019, publicada no D.O.U. nº 51, de 15/03/2019, Seção 2, página 60, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **NETWORLD TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA**, estabelecida no SIG, Quadra 1, Número 725 Parte A, Zona Industrial - Brasília /DF, CEP 70.610-410, inscrita no MF/CNPJ sob o nº 00.545.482/0001-65, neste ato representada pelo Sr. **MARCOS ANDRÉ FIGUEIREDO CHAVES**, brasileiro, casado, portadora do R.G. 934.277, expedido pela SSP/DF e do CPF nº: 462.430.541-87, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, ao **Contrato nº 08/2019**, observando o que consta no processo nº 08016.009943/2017-97, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, e demais normas pertinentes, observadas as Cláusulas e condições seguintes e em especial o artigo 57, inciso II da referida Lei de Licitações.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento consiste na prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 17/01/2021 à 17/01/2022, ou até a conclusão de novo processo licitatório.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do presente Termo serão realizadas da seguinte forma:

GESTÃO/UNIDADE: 00001	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 30907
UNIDADE GESTORA: 200604	PROGRAMA DE TRABALHO: 06.421.5016.21BP.0001
FONTE: 0118	PLANO INTERNO: DP999021BBR
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39	
TOTAL: R\$ 44.645,19 (quarenta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos)	
VIGÊNCIA: 17/01/2021 à 17/01/2022, ou até a conclusão de novo processo licitatório.	
OBS.: O crédito estará vinculado à LOA 2021, com programação (detalhamento de programa, PI, fonte) ainda indefinida.	

3. CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE

3.1. Fica resguardado o direito da Contratada em pleitear reajuste do Contrato 08/2019, conforme condições previstas na Cláusula Sexta do mesmo instrumento.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. A contratada deverá manter durante o período de execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação para contratar com a Administração Pública.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

5.1. As demais Cláusulas do Contrato nº 08/2019 permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

6.1. A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

JOSÉ RENATO GOMES VAZ

Diretor da Penitenciária Federal em Brasília/DF

CONTRATANTE

MARCOS ANDRÉ FIGUEIREDO CHAVES

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Figueiredo Chaves, Usuário Externo**, em 28/10/2020, às 16:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE RENATO GOMES VAZ, Diretor(a) da Penitenciária Federal de Brasília/DF**, em 03/11/2020, às 16:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13013389** e o código CRC **61550783**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.